

moda (1940 – 200) Caxias do Sul). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro de Filosofia e Educação Universidade de Caxias do Sul: 2010.

MARTINS, Esmênia de Lima. KNAUSS, Paulo. História da Escola Normal de Niterói. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Fundamentos da Educação. Rio de Janeiro: 2011.

MORIN, E. *O homem e a morte*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

SANTANA, J.R. Metodologias da pesquisa em história da educação: sobre a produção de fontes históricas através de recursos digitais. In; Vasconcelos, José Gerardo; Vasconcelos Júnior, Raimundo Elmo de Paula; Araújo, José Edvar Costa de; Queiroz, Zuleide Fernandes de; Pereira, Ivna de Holanda; Santana, José Rogério (Org). *Tempo, espaço e memória da educação*. Fortaleza: Edições UFC, 2010. Cap.36, p 612 – 625.

SIMMEL, George. *Filosofia da moda e outros escritos*. Trad. Artur Morão. Lisboa. Ed. Texto e Gráfia. 2008.

VÍCTOR, Dijane Maria Rocha. *Relações de Trabalho e Produtividade em Empresas Terceirizadas* – Estudo de caso no setor de confecções. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Centro de Tecnologia. Universidade Federal da Paraíba – UFPB: 2008.

Webgrafia

<https://www.google.com.br/> Acesso 18/05/2012:21h

<https://www.jornaldaeducacao.inf.br>. Acesso 18/05/20012: 15h.

SABERES E PRÁTICAS NO COTIDIANO ESCOLAR DO MOBRL: A MEMÓRIA DAS PROFESSORAS

Luciana Kellen de Souza Gomes

Mestre em Educação Brasileira – UFC, Técnica em Educação na Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, Supervisora do Curso de Especialização em Gestão Escolar da UFC Virtual.

A Memória como Fonte para História da Educação

No que diz respeito à pesquisa histórica, a memória das professoras¹ emerge como categoria histórica, constituída no cotidiano das relações sociais, aparecendo como sujeitos do ontem, que nos provocaram a pensar sobre o hoje, a educação como uma experiência individual e coletiva, constituída nos espaços vividos e marcada pelas imagens socioculturais, que podem contribuir para rememorarmos o MOBRL história e memória da educação. Consoante Lopes e Galvão (2001, pp.34-35, 39-41),

Nas últimas duas décadas, aproximadamente, a área de História da Educação sofreu uma verdadeira revolução, seja em seus contornos teóricos-metodológicos, seja no alargamento de seus objetos e de suas fontes. [...] Mais recentemente, sobretudo nos últimos quarenta anos, passa-se cada vez mais a valorizar os sujeitos “esquecidos” da História, como as crianças, as mulheres e as camadas populares. Sentimentos, emoções e mentalidades também passam a fazer parte da His-

¹ No texto, optamos por usar o gênero feminino no termo “professora” porque todos os sujeitos da pesquisa são mulheres.

tória e fontes até então consideradas pouco confiáveis e científicas também passaram a constituir indícios para a reconstrução de um passado. Nesse processo, a História se aproximou de ciências como a Antropologia e a Linguística, que lhe propuseram novos olhares e novas ferramentas conceituais que possibilitaram um refinamento da análise desses novos objetos [...] Temas como a cultura e o cotidiano escolar; a organização e o funcionamento interno das escolas, a construção do conhecimento escolar, o currículo e as disciplinas, os agentes educacionais (professores, professoras, os livros didáticos, etc, têm sido crescentemente estudados e valorizados [...] A História da Educação, assim como o campo da educação de modo geral, sabe hoje, que não é possível se compreender a educação sem lançar mão dessas categorias, que contribuem para aguçar o olhar sobre as diferentes realidades.

Ademais, mesmo que em quantidade significativa, os documentos escritos eram insuficientes para reconstituir a história. Foi por meio da oralidade que pudemos registrar a voz dos sujeitos protagonistas da história, escutando as ex-professoras e outros agentes do processo educacional.

Assim, a história oral ocupa lugar privilegiado na discussão historiográfica a que nos propusemos. Isto porque, na trilha dos novos percursos teóricos e metodológicos da historiografia educacional, a tradição oral é uma das mais ricas fontes da história local, haja vista estar “quase sempre muito preocupada com detalhes e minúcias”. (RODRIGUES, 1978).

Vale ressaltar que o passado, quando recuperado pela memória das professoras, no sentido de materializar a expe-

riência vivenciada por essas protagonistas, não foi um estudo sobre dados e fatos somente. A escolha da história oral aconteceu pela possibilidade de (re)constituir a experiência das narradoras, envolvendo, ainda que não diretamente, uma noção de temporalidade que se recompuseram num quadro de lembranças. Recompôr esses itinerários interrompidos, sempre incompletos, mas necessários, é a condição para situar-se no presente (CAMBI, 1999). Em suma, a história oral nos favoreceu a possibilidade de garimpar peculiaridades subterâneas da memória.

As lembranças de antigas professoras permitiram problematizar as imagens do cotidiano da experiência educacional do MOBREAL, desconsideradas/esquecidas durante muito tempo como um território de elaboração da memória histórica. Alcançar a história pela oralidade permitiu conhecer essa realidade histórica com base na criação de fontes inéditas. A experiência no MOBREAL é assim ressignificada com apoio nas memórias das professoras, tendo em vista esta experiência coletiva que se fez e refez, exprimindo-se a relevância de ouvir seus inéditos depoimentos.

A História Oral, tal como afirma Le Goff (1990), a propósito da história do cotidiano, situa-se no cruzamento de alguns novos interesses da História, lembrando que no seio do cotidiano há uma realidade que se manifesta de uma forma completamente diferente do que acontece nas outras perspectivas da história: a memória.

Essa histórica oralidade é, essencialmente, o registro da memória viva das professoras. Embora etérea, é esta nature-

za que lhe conferiu o fascínio e a singularidade. A força das memórias delas vem da sua subjetividade e o seu poder da autenticidade dos relatos.

Ao realizarmos esse resgate com base nas reminiscências das professoras foi possível maior compreensão acerca do processo educativo histórico, partindo do resgate da memória e da experiência como fio condutor.

Segundo Thompson (1992), procurar a evidência oral é tão antigo como a própria história, e quem pretende escrever uma história mais humana e original deve levar em consideração que faz parte deste ofício coletar dados obtidos por fontes orais. A História Oral, para Thompson, é constituída em torno de observações e memórias de pessoas em confronto com os documentos, pois, em casos importantes, ela pode ser utilizada para transmitir a história de toda uma classe ou comunidade, ou transforma-se num fio condutor ao redor do qual se reconstitua uma série extremamente complexa de eventos.

Por conseguinte, a memória constitui-se com uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um pretérito que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de uma pessoa inserida num contexto familiar, social e nacional, caracterizando assim, toda memória como “coletiva”, como sugere Maurice Halbwachs (1968).

A opção pela História Oral como metodologia levou-nos a considerar que ela está incluída na história do tempo presente, contribuindo para que, por meio dela, tivéssemos a possibilidade de estimular a memória das ex-professoras,

mediante um vínculo estabelecido entre a entrevistada e a pesquisadora, o que tornou o processo de pesquisa e interpretação mais original.

As Professoras Alfabetizadoras — a Memória de si e do MOBREAL

O MOBREAL foi a primeira experiência docente para muitas professoras. As jovens normalistas, algumas ainda adolescentes, que se aventuraram a ministrar aulas no MOBREAL em Fortaleza, enfrentaram adversidades que uma suposta fragilidade do programa e a falta de experiência na docência trouxeram. Entretanto, a oportunidade do emprego precoce foi um atrativo para aquelas que se interessaram em atuar como alfabetizadoras de adultos sem a exigência da formação docente:

A minha primeira experiência como professora foi no MOBREAL, eu tinha em torno de 17 para 18 anos, se eu bem me lembro, eu fazia a 8ª série[...] e como surgiu eu não me lembro, só sei que toda vida eu gostei de trabalhar, sou de uma família muito grande, com muitos filhos [...]. Então quando surgiu nessa época a oportunidade de ensinar no MOBREAL eu me agarrei. Eu não pensava em ser professora. Eu me lembro bem, eu queria ir para o instituto de educação porque eu estudava em escola, pública, mas eu não queria fazer o normal, o pedagógico de hoje. Queria ir para área de saúde, porque tinha lá no Instituto de Educação do Ceará, tinha Laboratório de Análise e tinha Enfermagem e eu nem sonhava em fazer o curso Normal. (Prof.ª MARIA LÚCIA, ex-professora do MOBREAL).

Interessante também é perceber que, mesmo jovens, as professoras identificavam um papel social atrelado a sua missão de ensinar. Nas entrevistas, foi fácil identificar que as lembranças estavam sempre associadas a sentimentos de saudade, respeito e carinho pelos alunos, em uma relação quase que de caridade:

[...] eu me considero bastante tímida, mas consegui me desenvolver através do MOBREAL. A relação com os alunos era boa, inclusive eu lembro que tinha uma campanha de óculos, porque como eram adultos, pessoas pobres, bem humildes, não estudavam porque tinham problemas de vista. Aí, eu lembro que teve essa campanha de óculos e eu levei todos esses alunos para fazer um exame no centro e eles ganharam óculos, tudo por conta do MOBREAL. Essa campanha do óculos eu nunca esqueci porque eles ficaram muito agradecidos, achavam que era eu que estava conseguindo”. (Prof.^a MARIA LÚCIA, ex-professora do MOBREAL).

A Prof.^a Maria de Fátima denuncia que o perfil das professoras no MOBREAL deveria ser de estudantes da escola pública ou normalistas e que o intuito dessa seleção era para não polemizar na sala de aula com os alunos, mas acalmar a população, já que o programa passava uma idéia positiva de serviço educacional oferecido ao povo gratuitamente:

As professoras não faziam o debate em sala de aula ate porque eles não queriam professoras formadas, tinha que ser estudante, de preferência alunos de escola estaduais, com a desculpa que estavam dando oportunidade. Mas professor mesmo, não tinha nenhum professor

formado. Nós éramos voluntárias do MOBREAL. Não éramos professoras, a gente é que se chamava assim.

Sobre o ingresso no programa, foi certo perceber que não havia critérios, a não ser ter um local para implantação da turma:

Quando surgiu essa oportunidade, eu soube através de alguém. A gente tinha que arranjar o local para dar as aulas, arranjava os alunos, fazia a lista de alunos, e ia para o local central aqui em Fortaleza onde funcionava o MOBREAL, que eu me lembro, ficava no prédio onde hoje é o Teatro São José. (Prof.^a MARIA LÚCIA, ex-professora do MOBREAL).

A falta de critérios para o funcionamento das turmas e a aleatoriedade no processo de contratação das professoras apontam para o caráter massificante da experiência do MOBREAL em Fortaleza. Na fala da Prof.^a Vera percebe-se que havia preocupação em dar visibilidade ao programa e facilidade na captação do emprego de professora.

Então no MOBREAL a filosofia era: vamos alfabetizar o adulto! A condição era que os professores chegassem numa comunidade qualquer, arranjassem uma casa e 20 alunos; formasse uma turma e cadastrasse na coordenação. Quer dizer, não existia uma escolha de professor, existia o emprego de professor! Aí naquela casa, você tinha que pegar a sala da frente. Pra quê? Para quem passasse, visse que ali estava acontecendo aula e se interessasse. Esse era o discurso.

Esse discurso é reforçado pela Prof.^a Maria Clara: “Qualquer pessoa podia dar aula no MOBREAL, não havia cri-

tério algum”. Aliás, em alguns casos, o critério era a indicação política e ela completa: “[...] eu sabia de amigas que tinham sido indicadas por político e que nem aulas davam, a turma era fantasma”.

Indagadas sobre o processo formativo e a respeito das capacitações para trabalhar no programa, muitas afirmam que era irrisório, pró-forma, e que a orientação mesmo era aquela proposta no material didático:

Nós íamos para lá (para Fundação), tinha um treinamento, mas muito pequeno, muito pouco, nele a gente aprendia a manusear o material, porque tinha o livro do aluno, tinha a parte de escrever, tinha o livro de leitura e tinha os cartazes. Eu lembro bem dos cartazes. Nós trabalhávamos com palavra. Mas eu não tinha ideia do que eu estava fazendo, eu lembro que ouvi falar em Paulo Freire, antes da Universidade. Eu ainda fazia 8ª série e não tinha a mínima ideia de como ensinar (Prof.^a MARIA LÚCIA, ex-professora do MOBHAL).

Há relatos de que para as professoras o treinamento era repassado de forma aligeirada e somente quem estava na administração do programa tinha acesso à formação.

A Leirisse Porto era coordenadora é quem sabia tudo. Porque as coordenadoras gerais recebiam todo o treinamento pra lidar com o programa. As professoras e supervisoras não tinham não. Era um repasse, elas diziam assim: nessa etapa aqui, trabalhe essa família, nessa aqui, faça assim. Elas davam aula para nós e nós repassávamos. (Prof.^a MARIA DE FÁTIMA, ex-professora do MOBHAL).

A Prof.^a Vera continua dizendo que nunca houve um questionamento sobre isso porque “ninguém tinha coragem de falar, se você dissesse isso aqui, você saía do programa. O seu emprego era atrelado a nada”. E a Prof.^a Marileide reforça essa afirmação, dizendo que “O professor tinha o Manual do Professor como guia para o planejamento de suas aulas”. Ao ser indagada se participavam de alguma capacitação: “nada, nada, nada!!!! a gente lia no livro: hoje você vai trabalhar atividade tal e você fazia da melhor maneira de repassar aquilo dali para os alunos”.

A Prof.^a Maria Clara completa, afirmando que o método de alfabetização proposto pelo MOBHAL era o analítico sintético:

Pronto! você fazia esse treinamento pequeno e começava a dar aula, seguindo a ordem do livro. Não tinha planejamento, mas tinha o livro que a gente ia seguindo. Partia da palavra, da sílaba, da discussão do tema, eu lembro bem que tinha a palavra: enxada e trabalho.

O material pedagógico ao qual as professoras se referem era entregue no mesmo dia em que faziam o cadastramento da turma na coordenação e era composto por um *kit* que incluía o Manual de Orientação do professor, o Livro de Leitura dos alunos, o Livro de exercícios do aluno e os cartazes.

O Processo de Ensino e Aprendizagem Contado por quem Viveu

A reflexão sobre o processo de ensino e aprendizagem precisa levar em consideração o contexto dos alunos, o coti-

diano escolar, o método pedagógico, o processo avaliativo, dentre outros aspectos importantes no detalhamento da experiência do MOBREAL em Fortaleza.

Segundo os documentos que balizam o MOBREAL, as bases filosóficas estão fundamentadas na valorização do sujeito e sua inserção na sociedade, mas a Prof.^a Maria de Fátima denuncia que a crítica feita ao programa é verossímil, pois distorce toda e qualquer idéia lançada pelo educador Paulo Freire: “Na verdade, a gente fazia o que eles queriam, não podíamos questionar, o que eu me lembro é que o MOBREAL foi baseado em Paulo Freire e que uma das frentes era o círculo de cultura através do diálogo, mas nessas duas coisas no MOBREAL nós não poderíamos falar. Era dito assim: não vamos politizar o ensino, nós vamos alfabetizar os adultos!” E continua:

Então naquele tempo ninguém questionava ate porque ninguém tinha maturidade e nem conhecimento para entender essa política ideológica. Lá estou eu trabalhando com as ferramentas do Paulo Freire, mas as idéias dele não! Todo mundo soube depois que tinha um grupo no MOBREAL que era da UNESCO, não tinha nada a ver com Paulo Freire, ele foi usado como uma frente mas no MOBREAL ele não era colocado em prática.

Então, mesmo trabalhando com base nas palavras geradoras pretensamente retiradas do cotidiano dos alunos, o método praticado no MOBREAL era bem diferente daquele proposto no método Paulo Freire:

[...] eram palavras soltas que não tinham nada a ver com cotidiano deles, palavras como enxada no meio urbano,

palavras que estavam no livro. vinha também uma faixa no livro que no meio tinha um buraco comprido, para que? Para tampar as palavras e o aluno não decorar a a palavra e sim aprender, e eu tomava a leitura” (Prof.^a MARIA EUNICE, ex-professora do MOBREAL).

A Prof.^a Maria Clara explica como compreendia o método de trabalho do MOBREAL:

A gente tinha que cumprir as etapas. A família das letras, depois a outra. A etapa começava com uma conversa com meus alunos para conscientizar, mas era só para poder formar frases e isso sem papel. Eles já sabiam as famílias e eles iam formar frases a terceira etapa era a professora dizer que ele estava alfabetizado. Então quer dizer foi um engodo nacional.

E a Prof.^a Maria Lúcia denuncia que “tinha o pedido para que a gente fizesse a discussão, mas o método de Paulo Freire era desvirtuado. Eu dava aula aqui na capital e as palavras eram enxada, trabalho, muita coisa ligada ao meio rural”.

As turmas formadas por vinte alunos em média aconteciam em um período de seis meses. Turmas de alunos mais velhos eram caracterizadas pela maioria de mulheres e turmas mais jovens por rapazes, ansiosos pelo ingresso no mercado de trabalho, que exigia uma escolarização mínima. A Prof.^a Maria Eunice relata: “Uma turma que peguei era mais velha e formada na maioria por mulheres e outra mais pro final, de jovens de 19 a 23 anos maioria rapazes”.

A Prof.^a Maria Lúcia, todavia, relembra com certa preocupação que os alunos egressos do MOBREAL não tinham se-

quer um encaminhamento para continuação dos estudos. “A gente não encaminhava, não lembro de mandar para supletivo, nem nada, talvez pela minha imaturidade. Eu não lembro se já tinha turma de EJA”.

Mesmo durante o regime militar, a professora Maria Cândida analisa que a idéia de emancipação e senso crítico é tão recente que a dureza do regime não alcançou a população que, segundo ela, tinha outras prioridades:

Isso era mais ideológico, acho que de 70 pra frente teve uma coisa mais ideológica. O regime militar não era sentido pelo povo. Senso crítico a gente não tinha não. Só tinha quem militava, os militantes tem a compreensão que se o Brasil não tivesse tomado o rumo democrático teria ficado num ostracismo. Então a luta era também por um estado democrático de direitos. E eu vejo assim, que a população analfabeta não sabia nem onde estava. Não havia um consenso coletivo em relação ao período da ditadura e em relação ao regime militar. Isso era nas classes medias e talvez naqueles militantes que tinham uma militância dentro dos partidos e dos movimentos populares. Eu acho que eles tinham sim, mas o grande público não sabia nem se tinham que ser educados, se tinha que ser alfabetizado. (Prof.^a MARIA CÂNDIDA)

De acordo com o relato das ex-professoras, verificou-se que o projeto MOBRAL atribuía a elas a responsabilidade de atrair e manter os alunos analfabetos durante o programa. Para isso, realizavam uma “cooptação” de alunos no bairro em que residiam, e disseminavam uma ideia de que os programa era bom e conseqüentemente, que o governo que oferecia o atendimento também.

A falta de critérios para o funcionamento das turmas e a aleatoriedade no processo de contratação das professoras apontaram para o caráter massificante da experiência do MOBRAL em Fortaleza, havendo preocupação em dar visibilidade ao programa para a sociedade em geral.

O processo de formação para atuar no programa era curto e não oferecia uma base concreta de conteúdos didáticos e pedagógicos a ser aplicado em sala de aula. As professoras não podiam sequer questionar, porque a facilidade em conseguir o emprego de professora, era compensada negativamente pelo não oferecimento de garantias trabalhistas, o que promovia um sentimento de medo e insegurança nas professoras.

O planejamento resumia-se ao prosseguimento das orientações do Manual do Professor. Havia pouca criticidade e pouca criatividade também na execução das aulas. O método aplicado no MOBRAL era o analítico sintético, ou seja, balizado nas famílias silábicas e no ensino descontextualizado do código alfabético.

Diante da análise dos documentos, foi possível considerar que há uma divergência entre o discurso oficial do MOBRAL e suas ações em termos práticos, pois segundo as bases filosóficas do programa, estavam previstas a valorização do sujeito e sua inserção na sociedade, porém, os relatos demonstram que havia uma relação anti-dialógica na sala de aula, pois não havia espaço para o questionamento, para a crítica e nem para manifestação de ideias.

A imaturidade das professoras que atuaram com o MOBRAL certamente colaborou para esse sentimento de im-

potência frente às questões que incomodavam as alfabetizadoras, quais sejam: a incoerência do método e do material pedagógico à realidade escolar, além da falta de planejamento, de acompanhamento por parte das supervisoras e formação para o exercício do trabalho.

As conquistas dos alunos no tocante a aprendizagem são lembranças boas guardadas com carinho pelas professoras. A valorização do MOBRAL no discurso das professoras que atuaram em Fortaleza é percebida especialmente quando se trata da aprendizagem dos alunos, do material didático utilizado e da oportunidade tida de primeira vivência docente.

Mesmo durante o regime militar, surpreende saber que a dureza do regime não alcançou nem as professoras e nem os alunos do MOBRAL. Segundo os relatos, a população estava tão preocupada em garantir os direitos mínimos de sobrevivência como alimentação, saúde e moradia que a perspectiva ideológica do governo de Estado não ensejava nenhum desconforto consciente.

O MOBRAL no regime militar foi, sem dúvida, um momento de cerceamento da fala, mas não foi compreendido pelas professoras dessa maneira. Ele foi um movimento controverso em que a falta de planejamento, de acompanhamento, possibilitaram iniciativas docentes reprodutivistas, o que culminou em uma ação governamental positiva aos olhos da grande maioria da população pobre e sofrida. Era alimentada a ideia de oferecimento de ensino gratuito ao povo e de esperança ingênua em dias melhores.

Em se tratando do Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL, objeto de nossa reflexão, a imagem trazida pelas professoras é de uma experiência governamental de grande porte, porém mal sucedida, com interesses estritamente políticos e ideológicos, limitando-se, na maioria das vezes, a interpretações parciais acerca do problema do analfabetismo.

Referências

BOSI, E. *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BRASIL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização/ Ministério da Educação e Cultura. *Objetivos terminais: programa de educação integrada*. Rio de Janeiro: MOBRAL/ MEC. DSU, 1978.

_____. *Lei 5.379*, de 15 de dezembro de 1967.

BURKE, p. (org.). Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. IN: *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CAMBI, F. *História da Pedagogia*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

LE GOFF, J. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LOPES, E. M. T. e GALVÃO, A. M. de O. *História da educação*. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2001.

RODRIGUES, J. H. — *Introdução Metodológica*. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

THOMPSON, p. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

A SORTE DOS DESVALIDOS: ATENDIMENTO MÉDICO E SOCIAL DA INFÂNCIA NO PARÁ DA BELLE ÉPOQUE (1912)

Laura Maria Silva Araújo Alves

Universidade Federal do Pará
E-mail: laura_alves@uol.com.br

Introdução

A saúde Infantil no Pará, enquanto campo de intervenção, cuidados e estudos sobre a criança, não teve nada estruturado ou sistematizado até o século XIX, somente no início do século XX é criando o Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Pará.

Esta obra insere-se, portanto no contexto do Pará Republicano do início do século XX, momento em que os cuidados com a infância na região amazônica consolidam-se com a fundação de instituições de amparo às crianças como a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará- IPAI. A produção historiográfica paraense encontra-se ainda limitada no que se refere aos estudos sobre essa temática e, principalmente do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará.

O cenário da criança pobre e desvalida na província do Pará no raiar do período republicano era desolador. A mortalidade infantil no Norte do país era extremamente elevada, incompatível com a necessidade de constituição de uma raça forte e produtiva para a região. Sabe-se que as iniciativas de assistência à infância pobre restringiam-se, nas principais cidades brasileiras, à instituição denominada Roda dos Expostos nas Santas Casas de Misericórdias, que recebia crianças aban-